Substituição de importações

Para diminuir o déficit de US$ 160 milhões no balanço de pagamentos da indústria farmacêutica, e ao mesmo tempo colocando em prática a nova política de substituição de importação de insumos elaborada pela Central de Medicamentos (*CEME*), o governo reduziu em US$ 77 milhões as importações do setor previstas para 1982. Até o fim deste ano, a indústria farmacêutica deverá ter importado US$ 270 milhões em matérias-primas e exportado US$ 110 milhões em medicamentos. Para conter este déficit, o governo limitou a US$ 225 milhões as importações do setor em 1983, recusando a previsão da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (*ABIFARMA*), que pretendia importar insumos no valor de US$ 302 milhões. Representantes da indústria farmacêutica afirmaram que será possível conviver com os cortes da importação desde que recebam estímulos governamentais para produzirem os insumos que atualmente são importados. Walter Mesquita, presidente da *ABIFARMA*, esclareceu que "alguns laboratórios já produzem matérias-primas para uso próprio, aguardando apenas estímulos do governo para iniciar uma produção em escala maior". Segundo Walter Mesquita, o setor já contaria com a promessa de uma maior liberdade tarifária para a comercialização dos insumos produzidos aqui, além da possibilidade de efetuar repasses ao preço final dos medicamentos. Outra garantia recebida foi a de que o governo dará ao setor o crédito necessário à compra de tecnologia estrangeira para a fabricação de matérias-primas complexas.

O presidente da *ABIFARMA* disse ainda que a *CEME* representará um papel decisivo na viabilização do projeto de substituição das matérias-primas importadas, porque já desativou cinco dos seus 25 laboratórios, propondo-se a comprar seus produtos dos laboratórios privados nacionais. "Isto representa quase uma reserva de mercado, e dentro de dois anos a *CEME* deverá representar 15% do faturamento da indústria farmacêutica, quando hoje representa apenas 8%", concluiu Walter Mesquita. A *ABIFARMA* pretende elaborar um documento onde indicará a capacidade ociosa do setor — estimada em 30% — e um levantamento dos insumos importados que podem vir a ser fabricados no país. (*FSP* 9/12; *ESP* 9/12; *GM* 9/12; *JB* 9/12).

Produção de matérias-primas

Com a assinatura de quatro convênios, no valor de Cr$ 175,6 milhões, entre a Central de Medicamentos (*CEME*) e os laboratórios nacionais Victochen, Ecadil e Instituto Químico de Campinas, foi dado o primeiro passo concreto para o início da substituição de matérias-primas farmacêuticas importadas usadas na fabricação dos remédios da *CEME*. Estes laboratórios produzirão, até 1984, os seguintes fármacos: metronidazol e derivados (antiparazitários), cuja importação anual é de 10,2 toneladas; clofasimina (contra lepra), do qual se importam anualmente 350 quilos; paracetamol (anestésico), metil parabeno e propil parabeno (estabilizantes) que representam 14,3 toneladas em importações anuais. Ao todo, a produção destes insumos permitirá uma redução dos gastos no exterior da ordem de US$ 2,7 milhões, segundo afirmou João Scardua, presidente da *CEME*.

Nessa perspectiva, a *CEME* decidiu cadastrar cerca de 30 laboratórios de capital e tecnologia genuinamente nacionais para apoiá-los técnica e financeiramente e dar-lhes prioridade total nas licitações para aquisição dos produtos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (*RENAME*). Esses laboratórios, dos quais 15 pertencem ao Grupo Empresarial Farmacêutico Independente, deverão participar da licitação de emergência para completar a distribuição dos remédios da *RENAME* ao *INAMPS* e às Secretarias de Saúde. Juntamente com os 21 laboratórios oficiais, eles vão absorver sozinhos o fornecimento desses medicamentos para o primeiro semestre de 1983. A atual administração da *CEME* espera que, até 1985, com o desdobramento dos programas substitutivos, o país se torne auto-suficiente na produção de matérias-primas para a fabricação de medicamentos. (*ESP* 10/11, 7/12; *FSP* 8/12).

Controle de medicamentos

O Ministério da Saúde está estudando novos mecanismos de controle que substituam as atuais tarjas pretas, azuis e vermelhas constantes das embalagens de medicamentos e outros produtos tóxicos, como os inseticidas. O sistema de tarja não surtiu o resultado esperado, uma vez que continuam sendo vendidos indiscriminadamente até mesmo os produtos condicionados à apresentação do receituário médico.

Técnicos do ministério já anunciaram uma redução na lista de medicamentos cuja venda é proibida sem receita médica, seguindo orientação do ministro Waldyr Arcoverde, que é favorável à automedicação em função da carência do atendimento médico no país. Para controlar a venda dos medicamentos considerados mais fortes, será reforçado o sistema de retenção da receita nas farmácias. (*Diário Popular* 10/10; *ESP* 2/11; *OG* 2/11)

Mercado importante

Ao anunciar para o próximo ano a criação de um Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica, reunindo os Ministérios da Indústria e Comércio e da Saúde, o ministro Camilo Penna disse que um levantamento feito pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (*CDI*) mostra existir, no Brasil, um dos maiores mercados mundiais de produtos farmacêuticos, com um faturamento que evoluiu de US$ 446 milhões, em 1971, para US$ 1,4 bilhão em 1981. O faturamento do setor coloca o Brasil na condição de oitavo maior mercado do mundo, excluídos os países socialistas, depois dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Argentina. Enquanto isso, o consumo **per capita** de medicamentos no Brasil, no ano de 1981, foi da ordem US$ 14,50, o que lhe valeu o décimo oitavo lugar no mundo capitalista. Consta ainda do levantamento do *CDI* que, dos quase três mil produtos terapêuticos registrados, apenas 266 são fabricados no país. (*GM* 23/11)